

Demonstrações Financeiras

Águas de Piquete S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Piquete S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas da
Águas de Piquete S.A.
Piquete - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Piquete S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Hector Ezequiel Rodriguez Padilha
Contador CRC-1SP299427/O-9

Águas de Piquete S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	224	266
Contas a receber e outros recebíveis	6	350	289
Estoques		103	111
Impostos e contribuições a recuperar		16	25
Despesas antecipadas		62	17
Total do ativo circulante		<u>755</u>	<u>708</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.230	2.753
Total do realizável a longo prazo		<u>3.232</u>	<u>2.753</u>
Imobilizado		77	-
Ativos de direito de uso		295	4
Ativos de contrato		60	-
Total do ativo não circulante		<u>3.664</u>	<u>2.757</u>
Total do ativo		<u>4.419</u>	<u>3.465</u>

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar		178	138
Empréstimos e financiamentos	7	49	3.753
Provisões e encargos trabalhistas		88	84
Obrigações fiscais		36	37
Total do passivo circulante		351	4.012
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar		2	-
Empréstimos e financiamentos	7	3.997	-
Provisão para perda com causas judiciais	8	1.131	-
Total do passivo não circulante		5.130	-
Patrimônio líquido			
Capital social	9	5.070	5.070
Prejuízos acumulados		(6.132)	(5.617)
Total do patrimônio líquido		(1.062)	(547)
Total do passivo		5.481	4.012
Total patrimônio líquido e passivo		4.419	3.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	13	3.300	3.477
Custo dos serviços prestados	14	(1.629)	(2.224)
Lucro bruto		1.671	1.253
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	14	(317)	(259)
Despesas administrativas e gerais	14	(2.071)	(845)
Outras receitas (despesas)	14	49	(2.204)
		(2.339)	(3.308)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(668)	(2.055)
Receitas financeiras	15	69	77
Despesas financeiras	15	(145)	(106)
Resultado financeiro líquido		(76)	(29)
Resultado antes dos impostos		(744)	(2.084)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(97)	(41)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	326	717
Prejuízo líquido do exercício		(515)	(1.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo líquido do exercício	(515)	(1.408)
Resultado abrangente total	<u>(515)</u>	<u>(1.408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	9	5.070	(4.209)	861
Prejuízo do exercício		-	(1.408)	(1.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	5.070	(5.617)	(547)
Prejuízo do exercício		-	(515)	(515)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	5.070	(6.132)	(1.062)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(515)	(1.408)
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(326)	(717)
Imposto de renda e contribuição social correntes	97	41
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável imobilizado e intangível	(36)	2.072
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável impostos diferidos	-	151
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	16	(11)
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(59)	(70)
Depreciação e amortização	282	195
Baixa de ativo intangível e arrendamento	59	-
Provisão (reversão) para perda com causas judiciais	1.131	(5)
Juros incorridos sobre arrendamento	11	1
	660	249
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	(48)	46
Redução (aumento) em estoques	8	(6)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	9	1
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(47)	18
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	42	(23)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	4	13
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(1)	8
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis	30	35
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97)	(41)
Juros pagos sobre arrendamento	(11)	(1)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	549	299
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(5)	(61)
Aquisições de ativo intangível e ativos de contrato	(466)	(887)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(471)	(948)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	-	770
Pagamentos de arrendamento	(120)	(15)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	(120)	755
Aumento (redução) líquidos em caixa e equivalentes de caixa	(42)	106
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	266	160
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	224	266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Águas de Piquete S.A. (“Companhia”), com sede localizada na Rua Coronel José Mariano, nº 42, Centro, CEP 12.620-000, Piquete, SP, tem por objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Piquete, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2010 com a assinatura do contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Piquete - São Paulo e irá operar o sistema por 30 anos, com vencimento original em 2040.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$3.304 em função dos empréstimos com partes relacionadas, que totalizam R\$3.749 onde o referido recurso foi aplicado na ampliação e melhoria da infraestrutura da concessão. Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido está descoberto no montante de R\$1.062 (R\$547 em 31 de dezembro de 2019). A administração e seus assessores têm logrado esforços para a reestruturação da dívida e da estrutura de capital da Companhia. Caso seja necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações de curto prazo.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela administração em 28 de maio de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

Moeda funcional--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração ao valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto--Continuação

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes;
- Despesas com juros sobre arrendamentos;
- Comissões e despesas bancárias;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

c) Tributos sobre a venda--Continuação

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

c) Depreciação--Continuação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Ativos de contrato

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.10.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

2.17. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações ao Pronunciamento CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material--Continuação

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- (ii) Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) - NE 6;
- (iii) Provisão para perdas com causas judiciais - NE 8.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Impactos da COVID-19

a) Contexto Geral

Tendo em vista a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - "COVID-19", que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, a Companhia tem adotado diversas medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Essas medidas visam garantir a continuidade regular das operações minimizando os impactos à saúde e segurança dos seus colaboradores e familiares, e das áreas onde a Companhia atua.

Sendo o saneamento básico uma atividade essencial, a Companhia adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores das atividades administrativas e não essenciais ao trabalho em campo está trabalhando em regime de home office. Adicionalmente, a Companhia aderiu ao programa #nãodemita, que busca a manutenção do emprego de seus colaboradores.

b) Impacto nas informações financeiras

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia da COVID-19, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

- (i) Aumento de R\$35 mil do contas a receber vencido em decorrência de efeitos na inadimplência, dado que proibições das ações de cortes no fornecimento prejudicaram a arrecadação de faturas com consequente incremento das perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber; e
- (ii) Frustração no crescimento do faturamento de água, esgoto e serviços em função da postergação, por Decretos Emergenciais, na aplicação de reajustes inflacionários previstos em contrato.
- (iii) Postergação de alguns investimentos para o ano de 2021. Como consequência da redução dos investimentos a receita de construção e o custo de construção tiveram redução no período 2020 se comparado a 2019, vide Nota Explicativa nº 13 e 14.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Impactos da COVID-19--Continuação

c) Medidas operacionais e financeiras

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis da administração pública, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, a Companhia vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia que visem fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia ainda tomou, dentre outras, as seguintes medidas visando minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:
 - (a) Intensificação nas ações pelos canais de arrecadação e cobranças (SMS, E-mail e WhatsApp), permitindo aos clientes negociar seus débitos sem sair de casa;
 - (b) Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção da cobrança de juros para clientes em atraso);
 - (c) Inclusão de totens de auto pagamento em estabelecimentos comerciais credenciados como supermercados e farmácias.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia nas áreas onde atua, dentre as quais destacam-se:

- (i) Auxílio às prefeituras municipais na limpeza de áreas públicas no combate à proliferação da COVID-19, com o fornecimento de produtos químicos usualmente utilizados nos processos de produção de água tratada (principalmente, “hipoclorito de sódio”);
- (ii) Distribuição de produtos de higiene e orientações em instituições sociais que necessitam de apoio; e

Ampliação dos serviços digitais, reduzindo a necessidade de presença física dos clientes em suas lojas e pontos de atendimento.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo bancário	224	156
Aplicações financeiras	-	110
Total	<u>224</u>	<u>266</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário foi de 5,51%.

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

6. Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber		328	285
Direitos a faturar		132	114
(-) Provisão para perda do valor recuperável		<u>(133)</u>	<u>(117)</u>
		327	282
Adiantamentos		3	6
Operações mensais - partes relacionadas	16	-	1
Outros		20	-
Total		<u>350</u>	<u>289</u>

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	230	204
Vencidos até 30 dias	94	83
Vencidos entre 31 e 90 dias	23	11
Vencidos entre 91 e 120 dias	6	4
Vencidos entre 121 e 180 dias	3	4
Vencidos acima de 181 dias	<u>104</u>	<u>93</u>
Total	<u>460</u>	<u>399</u>

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para redução ao valor recuperável do contas a receber. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o período é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	128
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	26
Valores baixados	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	117
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	43
Valores baixados	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	133

7. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2020	2019
Conta corrente - partes relacionadas	16			-	3.749
Mútuo - partes relacionadas	16	8,00	2022	3.749	-
Arrendamento			2025	297	4
				4.046	3.753
Circulante				49	3.753
Não circulante				3.997	-
Total				4.046	3.753

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
31 de dezembro de 2020						
Mútuo - partes relacionadas	3.749	-	3.749	-	-	-
Arrendamento	297	49	53	59	65	71
					Valor contábil	12 meses
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e financiamentos					3.749	3.749
Arrendamento					4	4

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Partes		Total
	relacionadas	Arrendamento	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.979	-	2.979
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações	770		770
Amortização de principal	-	(15)	(15)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	770	(15)	755
Outras variações			
Provisão de juros	-	1	1
Arrendamento	-	19	19
Pagamento de juros	-	(1)	(1)
Total de outras variações	-	19	19
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.749	4	3.753
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	-	(120)	(120)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(120)	(120)
Outras variações			
Provisão de juros	-	11	11
Captação	-	413	413
Pagamento de juros	-	(11)	(11)
Total de outras variações	-	413	413
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.749	297	4.046

8. Provisão para perdas com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$1.131 em 31 de dezembro de 2020.

	Cíveis	
	2020	2019
Saldo em 1º janeiro	-	-
Adições	1.131	-
Total	1.131	-

As contingências passivas são de natureza cível, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$376 em 31 de dezembro de 2020 (R\$378 em 31 de dezembro de 2019). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Capital social

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.070 (R\$5.070 em 31 de dezembro de 2019). Está representado por 5.070.000 quotas (5.070.000 em 31 de dezembro de 2019), com valor nominal, pertencentes aos seguintes quotistas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	5.481	4.012
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(224)	(266)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	5.257	3.746
Total do patrimônio líquido (B)	(1.062)	(547)
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	(4,95)	(6,85)

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	110	224	156	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	350	289	-	-
Ativos financeiros		-	110	574	445	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)		-	-	-	-	169	128
Empréstimos e financiamentos	7	-	-	-	-	3.749	3.749
Passivos financeiros		-	-	-	-	3.918	3.877

(*) O montante apresentado não contempla os adiantamentos.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		224	266
Contas a receber e outros créditos (*)	6	347	283
Total		571	549

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2020	2019
Fornecedores e outras contas a pagar (*)		169	128
Empréstimos e financiamentos	7	4.046	3.753
Circulante		216	3.881
Não circulante		3.999	-
Total		4.215	3.881

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	39 a 60 meses
31 de dezembro de 2020							
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	169	169	167	2	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.046	4.123	75	3.824	75	75	74
Total	4.215	4.292	242	3.826	75	75	74
31 de dezembro de 2019							
Fornecedores e outras contas a pagar (*)					128	128	128
Empréstimos e financiamentos					3.753	3.753	3.753
Total					3.881	3.881	3.881

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	-	110

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	1.755	1.656	-	-	(52)	(43)
Perda por redução a valor recuperável	1.109	1.122	-	-	(13)	756
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	33	23	-	-	10	3
Provisão para contingências	384	-	-	-	384	(2)
Outras provisões	9	8	-	-	1	1
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	19	21	2	1
Direitos a faturar	-	-	41	35	(6)	1
	3.290	2.809	60	56	326	717
Compensação (*)	(60)	(56)	(60)	(56)	-	-
Total líquido	3.230	2.753	-	-	326	717

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	(744)	(2.084)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	253	709
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	1	(17)
Outros	(25)	(16)
Imposto corrente	(97)	(41)
Imposto diferido	326	717
Alíquota efetiva	31%	32%

13. Receita operacional líquida

Receita operacional líquida	2020	2019
Saneamento	3.202	2.744
Construção	385	878
Serviços	121	170
Abatimentos e cancelamentos	(108)	(49)
Impostos sobre serviços	(300)	(266)
Total	3.300	3.477

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2020	2019
Custo de construção	(385)	(878)
Despesas com pessoal	(485)	(552)
Outorga e taxas de fiscalização	(171)	(199)
Depreciação e amortização	(209)	(169)
Materiais auxiliares	(114)	(115)
Serviços de terceiros	(152)	(110)
Energia elétrica	(68)	(89)
Outros custos	(43)	(49)
Materiais Diretos	(16)	(46)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(5)	(32)
Créditos de PIS e COFINS	19	15
Total	(1.629)	(2.224)

Despesas administrativas e gerais	2020	2019
Serviços de terceiros	(112)	(357)
Despesa com pessoal	(190)	(271)
Outras despesas	(568)	(194)
Despesas com processos judiciais	(1.131)	-
Depreciação e amortização	(70)	(23)
Total	(2.071)	(845)

Despesas comerciais	2020	2019
Despesa com pessoal	(202)	(162)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(16)	11
Serviços de terceiros	(43)	(80)
Depreciação e amortização	(3)	(3)
Outras despesas	(53)	(25)
Total	(317)	(259)

Outras despesas operacionais	2020	2019
Reversão (provisão) para perdas por redução ao valor recuperável - ativo intangível	36	(1.726)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - ativos de contrato	-	(261)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado	-	(85)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - impostos diferidos	-	(151)
Outras receitas	13	19
Total	49	(2.204)

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2020	2019
Juros sobre contas a receber de cliente	59	70
Juros de aplicações financeiras	4	4
Descontos obtidos	-	3
Outras	6	-
Total	69	77
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(11)	(1)
Comissões das despesas bancárias	(108)	(99)
Outras	(26)	(6)
Total	(145)	(106)
Despesas financeiras líquidas	(76)	(29)

16. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas as demonstrações financeiras.

b) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores outras contas a pagar e empréstimos	(Nota 6)	(Nota 6)	(Nota 7)	(Nota 7)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC (a)	-	-	-	-	(134)	(180)
Repasses de recursos e custos - CSC (b)	-	1	1	6	(51)	(62)
Conta corrente (c)	-	-	-	3.749	-	-
Mútuo (d)	-	-	3.749	-	-	-
Circulante	-	1	1	3.755	(185)	(242)
Não circulante	-	-	3.749	-	-	-
Total	-	1	3.750	3.755	(185)	(242)

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos.
- (d) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano, e vencimento em 2022.

Águas de Piquete S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

18. Compromissos

a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria

Diretoria

Sérgio Roberto Bovo Junior
Mateus Banaco

Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP-244592/O-1